

**11. DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PROSPETIVA - INÍCIO DE PROCEDIMENTO – ADITAMENTO DE UMA SUBSECÇÃO NO TÍTULO IV, PARTE E DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA (FEIRAS, VENDA AMBULANTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DE CARÁCTER NÃO SEDENTÁRIO):**

DA **DMAGAP** submetendo informação circunstanciada relativa ao início de procedimento de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga - aditamento de Subsecção relativa à Feira Semanal de Braga, Título IV, Parte E do Código Regulamentar (Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de carácter não sedentário).

*Ad Executivo Municipal*  
*[Signature]*  
*01-Abril 2018*

### **Informação**

**Assunto:** Proposta de alteração ao Título E/4 do Código Regulamentar do Município de Braga – Aditamento de Subsecção – Feira Semanal de Braga.

### **Alteração ao Título IV, Parte E, do Código Regulamentar do Município de Braga**

#### **Nota Justificativa**

1. O Código Regulamentar do Município de Braga, aprovado pela Assembleia Municipal de Braga, de 08/07/2016 e publicado no Diário da República, N.º 206, II Série, em 26 de outubro de 2016, na sua Parte E – Intervenção sobre o Exercício de Atividades Económicas, Título IV – Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de Carácter não Sedentário, regulou o funcionamento das feiras, a atividade de venda ambulante e a atividade de prestação de serviços de restauração e bebidas não sedentária, procedendo à adaptação das normas regulamentares ao disposto no DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprovou o novo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração – RJACSR.
2. Em virtude da adaptação ao novo paradigma introduzido pelo DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, a matéria constante do título IV, Parte E do Código Regulamentar (Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de carácter não sedentário) foi alvo de nova regulamentação que consistiu, essencialmente, na desmaterialização de procedimentos administrativos, na centralização da submissão de pedidos e comunicações para a prática das atividades de feirante, vendedor ambulante, ou de organização de feiras, através do Balcão do Empreendedor, e no estabelecimento da regra geral da apresentação de meras comunicações prévias, assumindo-se, em



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

contrapartida, uma perspetiva de maior responsabilização dos particulares, com o incremento da atividade fiscalizadora e do valor das coimas aplicáveis.

3. Não obstante, não constam, ainda, do Código Regulamentar do Município de Braga, as regras específicas relativas à Feira Semanal de Braga, cuja gestão e organização se encontra a cargo da empresa municipal Investbraga, IB, Agência para a Dinamização Económica.

→ 4. Torna-se, assim, premente, proceder ao aditamento de uma Subsecção no Título IV, Parte E, do Código Regulamentar (Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de carácter não sedentário) que contenha as normas concretas a aplicar à Feira Semanal de Braga.

5. Para tal, antes de mais, importa cumprir o preceituado no n.º 1, do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo em vigor, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA), que dispõe: *"O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento."*

6. Nos termos conjugados do artigo 98º, n.º 1, do CPA, com o que dispõe a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para desencadear o procedimento é a Câmara Municipal.

→ 7. Nestes termos, sugere-se que se proceda à publicitação do início do procedimento conforme o disposto no citado artigo 98º do C.P.A., para o que, se assim for entendido, se junta minuta de edital, para assinatura do Sr. Presidente, após a aprovação do início do procedimento.

A jurista,

Ana Paes Boavista

03/04/2018

Concluído. Deve renovar-se  
para renovar o Conselho  
Municipal, para aprovar o  
início do procedimento, conforme  
se propõe na minuta.

3/4/2018 2  
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel António Guimarães

**AVISO****PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DE PROCEDIMENTO****ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:****TÍTULO IV, PARTE E - Aditamento de Subsecção – Feira Semanal de Braga**

- 1. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga,** no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 56º da mesma Lei e no nº 1, do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que a Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018, deliberou desencadear o procedimento de **Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga – aditamento de Subsecção relativa à Feira Semanal de Braga, no Título IV, Parte E do Código Regulamentar (Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas de caráter não sedentário)**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
- 2. Mais se torna público que, se podem constituir como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA,** sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.

3. Os interessados podem, ainda, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação do aviso no sítio da internet do Município, formular contributos ou sugestões, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da presente alteração, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e/ou consulta pública.
4. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo supra referido, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Braga – Balcão Único, ou por via eletrónica para o endereço [codigoregulamentar@cm-braga.pt](mailto:codigoregulamentar@cm-braga.pt), colocando como Assunto **“Apresentação de sugestões - Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga – Feira Semanal”**.

Braga, \_\_\_\_\_ de 2018.

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga,**

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio